

# Funções demais para o presidente

Por detrás da confusão que se armou em torno de haver ou não uma comissão parlamentar de inquérito sobre a condução pelo Banco Central dos problemas dos bancos Econômico e Nacional, está problema mais grave, pois afeta diretamente o funcionamento da máquina constitucional: a necessidade de o Executivo, para cada batalha mais delicada que deve travar no Congresso Nacional, ter de recorrer à mediação do presidente da República. Pouco importa se está em jogo esta ou aquela causa; pouco faz se o preço de uma vitória ou de uma derrota for ceder à pressão de um partido ou não. O que é relevante é que o presidente da República se expõe publicamente a cada dificuldade maior que aparece e, ao expor-se, compromete o Executivo e com isso afasta qualquer possibilidade de recuo tático ou estratégico. O que leva o governo Fernando Henrique Cardoso àquele estúpido dilema do governo Collor de Mello: "Vencer ou vencer".

O momento atual é exemplar nesse sentido. Dois assuntos absolutamente distintos, de repercussões diferentes sobre a política econômica e "política" do Executivo (a CPI do Banco Central e a reforma da Previdência), acabaram por confundir-se, além de dar ensejo a que se armasse uma crise de razoáveis proporções — porque envolvendo aspectos pessoais — entre o presidente da República e o presidente do Congresso Nacional. A necessidade em que o presidente da República se viu de responder

a uma entrevista do presidente do Congresso, negando a possibilidade de ceder a "tentativas totalitárias", ao mesmo tempo que negando haver desautorado (pois havia apenas não endossado) os termos de declaração do governador do Ceará contra o senador José Sarney, demonstra a fragilidade das bases em que se assenta o poder político do chefe do Executivo. Mais ainda, a resposta demonstra que está na defensiva — e está porque não conseguiu construir (por não querer ou não saber) uma estrutura de negociação com o Congresso em que sua figura só aparecesse para *decidir*, não para *negociar*.

Ao ter-se transformado na única instância de negociação — não se trata de última instância de decisão —, o presidente da República permite que se divulguem as mais estapafúrdias informações sobre as intenções do Executivo, ao mesmo tempo que dá aso a que nos partidos que formam sua base de sustentação se digam cobras e lagartos de subordinados seus. Depois, os líderes, se não as bancadas desses partidos, vão negociar com o professor Fernando Henrique Cardoso. É até possível que o Executivo consiga, por esse método absolutamente irracional, obter algumas vitórias. O preço, porém, é enorme — e quem o



pagará será sempre a sociedade, seja diretamente como no caso das concessões que o presidente da República foi levado a fazer no caso da emenda flexibilizando o monopólio sobre o petróleo (levado a fazer ou tendo feito de bom gosto), seja indiretamente como nos demais casos, especialmente o da Previdência.

O erro fundamental — e já o havíamos apontado — foi tratar como se fosse um único problema a emenda da Previdência Social e a CPI dos bancos. O primeiro caso era um assunto de lideranças — isto é, de o governo ter líderes que de fato conduzissem suas bancadas, o que parece não ser o caso, tantas as marchas e contramarchas e a necessidade de o chefe do governo ter de se empenhar para conseguir os 14 votos que faltaram na primeira votação, ou impedir que mais defecções se verifiquem na base governista. O segundo caso, dissemos na ocasião, era um assunto *pessoal*, vale dizer, os autores do requerimento solicitando a instauração da CPI sabiam que atingiam diretamente o presidente da República. Os recursos de que as lideranças do governo no Senado estão lançando mão para impedir a constituição da CPI podem ter sólida base regimental; não deixarão nunca de aparecer como manobras destinadas a enco-

brir alguma coisa. Por outro lado, a leitura dos nomes indicados pelo PMDB para integrar a CPI demonstra que o partido ou está disposto a aumentar seu cacife na negociação para cancelar a CPI, ou está disposto a tudo jogar para que ela se instale e com isso se salve a face do presidente do Senado.

Qualquer que seja a intenção do PMDB e até mesmo do PPB — o sr. Paulo Maluf comparando o auxílio dos países industrializados à Rússia (US\$

**Fernando Henrique Cardoso está preso a um sistema que o obriga a tudo negociar**

10 bilhões) com o que se despendeu para impedir a liquidação do Nacional (R\$ 7 bilhões) —, o fato é que o presidente da República não pode continuar sendo ao mesmo tempo o

chefe de Estado, o chefe do governo, o negociador com o Congresso e o bombeiro acudindo os incêndios que seus líderes não conseguem apagar. Se assim continuar, quem formulará as grandes políticas? Os ministros de Estado? Ou estaremos diante de um super-homem capaz de vencer a combinação maligna de quantos, no Congresso Nacional, preferem fazer dele um simples e humano mortal para poderem inviabilizar qualquer pretensão à reeleição presidencial em 98?